

# O ECHO DO RIO,

## Jornal Politico e Litterario.

**Parcite verbis.**

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 50 réis, nas lojas do costume.

### O ECHO DO RIO.

O caminho, que alguns individuos tem seguido nestes ultimos tempos nos faz convencer, que supoem elles, que temos inteiramente perdido a maioria, e que estaremos resolvidos a renovar desgraçadas epochas ainda ha tao pouco terminadas. O anno de 1831 e o anno de 1840 ainda não sahiram de nossa memoria assim como os intermedios. O que tivemos depois de 1831? commoções por toda a parte; e se não fosse que os homens bons conheceram os perigos, em que se achava o paiz, e por isso se reuniram em toda do throno, este tivera desaparecido, e com elle a nação Brasileira. Desgraçados foram os tempos, até que um ministerio fortemente organizado, e que queria a monarchia, apoiado na grande maioria da nação, que outra cousa não anhelava, tomou conta do poder, e consentiu e promoveu quanto pôde o desenvolvimento desse espirito, que unico nos tem podido conservar, e ha de conservar no meio das tormentas; e que logo que for abandonado nos fari cair no abyssmo de que a Providencia nos tem salvado.

Esses tempos, que desde abril de 1831 mediarão até 19 de setembro de 1837, estão presentes a todos nós; e com elles nos recordamos não só dos dias aziagos por que passamos, mas das tentativas, que foram feitas para dar cabo de uma vez da monarchia no Brasil. Recordamo-nos perfeitamente de ver o governo mandar reunir a força publica no campo para reformar a constituição já e já, e lembramo-nos que essa reforma estava preparada de ante-mão, e lembramo-nos, que por essa reforma a monarchia ficava perfeitamente aniquilada. E quando nos lembramos desses dias aziagos, lembramo-nos daquelles, que se apresentaram chefes desses movimentos, conhecemos perfeitamente quem foram os autores delles. Cuida alguém, que disso nos temos esquecido? Esses homens, que ainda até hoje não se envergonham de ostentarem os principios, que então proclamaram; que então por meios illicitos quizeram dissolver a grande familia Brasi-

leira; que em 1840, não tendo podido vencer por meios legitimos, se prepararam para usar de todos, e começaram dando nas camaras os maiores exemplos de escandalo e immoralidade, e preparando assuadas nas praças e nas ruas; que o anno passado recorreram ás armas a pretexto de embarçar a execução de duas leis, mas na realidade só para rebaivar o poder, de que foram legitimamente despojados; que quando de posse do poder proclamaram como licito todo o meio de vencer nas eleições, por que se as fizessem como ordenavam as leis, sabiam, que seriam derrotados, e por isso alli commetteram toda a sorte de escandalos: esses homens cuidam que tudo isso nos esqueceu?

Deos de misericordia! de tudo nos lembramos. Ousamos mesmo perguntar-lhes o que é que querem? Quereis entrar nos concelhos do monarcha? Elle ali está livre no exercicio de todos os seus poderes: dizei-lhe que vos chame, que vos ouça. Quereis a autoridade? mostrai-vos dignos della; combatei pelos meios, que as leis vos permittem. Não estão ali o *Pharol* e o *Nacional* escrevendo quanta heresia ha, quanta proposição anarchica pôde inventar a mais escaldada imaginação? Pois bem: assim como escreveis desse modo, travi luta com nosco sobre doutrinas: mostrai-vos mais habilitados para governar: sereis logo chamados aos concelhos da corôa.

Tendes voto no concelho d'estado: tendes a tribuna; tendes a imprensa: que mais quereis para entrar em combate legal? Mas isso não vos faz conta: vós que em 1831 fostes ao campo; que lá fostes no 30 de julho; que lá voltastes em julho de 1840; que empunhastes armas em Sorocaba e Barbacena; que nos levastes a cacete nas eleições de 1840: recusai-vos a todo o combate legitimo, e quereis recorrer aos meios de que tantas vezes lançastes mãos?

A nação vos vê e vos conhece. Ella sabe que o mais funesto mal, que lhe pôde vir, é a anarchia: e sabe quem são aquelles, que tantas vezes tem querido plantar a anarchia no solo Brasileiro.

A quem servir a carapuça, que a tome.

## PÃO E AGUA.

Era uma vez um lobo e um carneiro; e vai o lobo, e quiz comer o carneiro; e vai quiz ter apparencia de razão; e vai queixou-se de certas offensas que tinha recebido no anno anterior; e vai diz o carneiro que a essa tempo ainda não vivia; e vai diz-lhe o lobo, pois se nao foste tu foi teu pai; e vai e dá com elle no papo.

O *Nacional* vendo-se apertado, quer agora fazer-nos carregar com todos os peccados desde o tempo de Adão: estranhámos que haja alguém que reprova tudo, só por que vem dos ministros: salta muito ufano, e diz: *em 1837 sustentastes que ao ministerio, em que se não deposita confiança, se deve negar pão e agua: estais pois em contradicção.* Vivía esta nossa folha em 1837? nao. Somos responsaveis pelo que então se disse? tanto como o carneiro pelo que havia feito o pai. Mesmo hoje não somos responsavel por tudo quanto ali faz e diz o lado que sustenta o ministerio. Temos as nossas opiniões, expendemol-as, e por ellas respondemos; nao nos obrigamos nunca a defender tudo quanto por ali disserem outros: mesmo os actos dos ministros não nos compromettemos a approval-os todos; taes praticarao elles, que não mereçam nossa approvação.

Seja isto dito em these. Em hypothese diremos ao contemporaneo, que defendemos a theoria de negar pão e agua ao ministerio, que nos não merecer confiança, mas que isso de modo nenhum está em contradicção com o que dissemos no artigo, a que alludiu. Duas qualidades de leis se discutem nas camaras: umas de pura confiança, e só relativas a certas e determinadas pessoas: outras permanentes. As leis annuas são de pura confiança, assim como o são todas as attribuições extraordinarias concedidas ao gabinete: nestas tem logar a theoria do pão e agua. Quer o ministerio forças; receio que abuse dellas, por que me não merece confiança; não lh'as dou: quer dinheiro, não lh'o dou: quer poder para crear ou reformar tal ou tal repartição; não lh'o dou. São cousas de que pôde abusar, e que depois difficilmente se remedeiam; são medidas de confiança; votadas pelas informações dos ministros; mas se não confio nelles, não confio em suas informações, e por isso lhes nego tudo o que possa indicar confiança.

Mas suscita se uma questão; trata-se de uma medida permanente; só por que um ministro tomou um lado da questão, eu da opposição devo tomar o outro? só por isso, e sem mais razão alguma? só por que não tenho confiança no gabinete? isso é loucura. Pois o ministro nunca, nunca ha de ter razão?

Repare o contemporaneo no que lhe dizemos. Um ministro da guerra pede a força precisa na forma da constituição; pelo detalhe reconheço que o serviço se não pôde fazer com menos; mas o ministro não me merece confiança; reconheço que a pro-

posta está dentro dos limites constitucionaes, que a força precisa é a pedida, mas não a dou; nego-a por que o ministro se chama Pedro e não Paulo; venha o ministro Paulo, e lh'a darei.

Mas trata-se de um sythema de colonisação; é o projecto ou apresentado, ou apoiado pelo ministerio; não tenho confiança nelle: nem por isso deixarei de votar por elle se outras razões não houver, que de outro modo me façam proceder. Assim por exemplo votaríamos pela lei da reforma do código do processo, ainda que fosse votada no tempo do ministerio Limpo; votaríamos pelo projecto do Sr. Vasconcellos, que elimina do código criminal a palavra cabeças em alguns artigos, qualquer que seja o ministerio, que a esse tempo dirigir a publica administração.

Fique pois sabendo o collega qual é o nosso pensar a respeito. Não somos responsavel por tudo quanto se disse e fez antes de nós. Somos inclinado a defender o governo, por que queremos ordem, que não pôde ser obtida sem estabilidade. Se virmos no poder as notabilidades de Santa Luzia, farchemos guerra, por que esses já disseram o que são; entendem licita a resistencia armada; e só por isso os condemnamos: chame-nos escriptor da policia, chame-nos o que quizer. Não santificamos todos os actos ministeriaes.

## O DISCURSO DO SR. VISCONDE DE OLINDA.

Vimos esse tão preconizado discurso, de que alguém quiz fazer um triumpho á opposição, e na verdade não achamos materia para escarceos; achamos confirmado o que pensavamos; isto é, que o nobre visconde continua a ser aliado do ministerio; e assim mesmo o entendem o Sr. ministro da justiça, a quem julgamos que ninguém negará capacidade bastante para discriminar em um discurso se é de opposição ou ministerial. O Sr. visconde de Olinda julgou, que não devia votar por um imposto, e entro outras razões, que produziu foi que não se tinham adoptado todas as economias possíveis, e que sendo o imposto demasiadamente oneroso não devia votar por elle. A argumentação não era por certo concludente, mas também não foi stigma lançado ao ministerio e denegação de confiança: se a alguém cabe desar pelas expressões do nobre senador é as camaras, e sobre tudo ao senado, e não aos ministros.

Dizemos que a argumentação não foi concludente, por que de se não terem adoptado certas ideias e reduções não se segue que se não devam votar os meios precisos. O nobre visconde e outros propuseram algumas reduções, mas não se encarregaram de demonstrar, em que deviam assentar, nem a sua possibilidade e exequibilidade: o senado por isso regeitou-as: o ministerio ficou por consequencia autorizado a gastar um certo quantitativo. Logo que assim se autorizou o ministerio, força é dar-lhe os meios precisos, aliás será uma burla, in-

digna por certo de qualquer das camaras. Quando se trata da despeza, esforce-se cada um por propôr e demonstrar todas as economias possiveis; mas decretada a despeza, e preciso habilitar o ministerio para ella; que se não for habilitado, terá de fazer a despeza, e depois pedir credito para ella.

Entendam-nos bem, para nos não virem depois chicanar. A lei do orçamento autorisa o governo a gastar supponhamos 20 mil contos, mas da-lhe receita, que apenas se eleva a 18 mil: o que fará o ministerio? gastará os 20 mil, e depois pedirá o credito supplementar.

O senado pois votou a despeza; agora é preciso, que vote a receita; e quem assim não proceder, não vai bem. O dono de uma casa de familia examina os seus rendimentos, e por elles regula as suas despezas, cortando umas vezes do necessario, e outras largamente segundo as suas circumstancias. Uma nação decreta as suas despezas com mais ou menos profusão, segundo a generalidade de suas circumstancias; mas depois de as decretar, derrama as contribuições precisas para ella sem perdoar um real.

Se o nobre visconde propozesse outros impostos, que julgasse mais suaves ou menos odiosos, razão teria de votar contra o do projecto; mas só por economia, perdoo-nos, não é logica a conclusao.

Mas que economias quiz e quer o nobre visconde? Elle mesmo declarou que na marinha e guerra não são possiveis economias. Ora, são esses os principaes esgotadoiros de nossos dinheiros: em todas as mais repartições a despeza é quasi toda pessoal, e ordenada por lei. Que economias se podem fazer na repartição da fazenda? depois de votadas as despezas dos outros ministerios, é evidente que nenhuma, por que só fica a despeza com a divida publica, e com o pessoal. Ora, nas repartições do imperio, justiça e estrangeiros tudo é pessoal, e ordenado por lei. Que reduções quereis? as do Sr. Paula e Sousa? Dizei sobre que e quem devem recahir; mas isso não se faz: pelo contrario quando se trata de uma especie, cada qual é o primeiro a votar contra as economias: o mesmo Sr. visconde de Olinda foi um dos que fallou para que não fosse abolida a junta do commercio, por que era tirar pão a quem o tinha, resultando apenas economia de tres ou quatro contos. E assim vão as cousas.

Mas em fim isso agora já é questão á parte. A camara dos deputados já votou a despeza: o senado já a votou em segunda discussao: é preciso dar meios para que se faça. Resta ainda a terceira discussão: se são possiveis economias, façam-se: julgamos que o ministerio tem feito as que pôde, mas se mais pôde, mais faça; o senado veja bem, e vote como entender. Mas se decreta despezas, decrete receita; e não se queira fazer brinquedo de criança.

#### POR QUE NÃO FAZEM PATAQUADA?

O gabinete do março, em consequencia dos ex-

traordinarios acontecimentos, que se deram durante sua existencia, teve de fazer muitas despezas, e por isso deixou não pequena divida. O gabinete actual empenha-se em pagar essa divida sem pedir credito, só com os dinheiros, que lhe forem dados; e só a marinha tem de pagar cerca de 400 contos. Mas faz isto muito de mansinho; e todos gritam contra os desperdicios?

Por que não faz o ministerio pataquada? Não pague nada: e diga ás camaras que só carece de tanto. Já houve ministerio, que foi tirando á surrelha os dinheiros, que tinham applicação especial, e depois disse muito lampeiro que fez economias, quando gastou muito mais do que lhe foi concedido. Não carecia fazer o mesmo o gabinete actual; bastava-lhe não pagar o que outros gastaram. Se o ministerio fosse ministerio de pataquada, assim faria; porem os ministros actuaes querem o bem do paiz, e não aura popular; não entraram para o gabinete para ganhar popularidade: talvez para perder alguma, que é quasi sempre o que acontece a quem vai por caminhos directos.

#### OPPOSIÇÃO E ATRAPALHAÇÃO.

Nos governos representativos ou parlamentares ha naturalmente uma minoria, que não apoia o ministerio. Esta minoria divide-se em opposição propriamente dita e atrapalhação. A opposição propriamente dita toma por base a confiança, que lhe merecem os ministros, e lhes recusa todas aquellas medidas de que elles podem abusar, concedendo-lhes aquellas, que sendo permanentes podem os males que causar ser facilmente remediados pelos que depois vierem. A atrapalhação tem por base a theoria do venha á nós; e por isso tudo quanto disserem os ministros ou aquelles, que os sustentam tem logo resposta, de modo que uma só palavra não ha que agrade. Os primeiros contentam-se com a mudança do ministerio; os segundos só se contentam depois que pilham; embora se mude o ministerio, serão ministerios nos primeiros dias a ver se chucham; mas se não chucham, vão logo para a opposição. Algumas vezes a pretensão não é pessoal; é para algum compadre ou afilhado.

A opposição arvora uma bandeira, e é esse o seu delenda Carthago; tudo o que não é isso, lhe é indifferente; a atrapalhação não tem bandeira, nem tem que destruir; a atrapalhação não quer desmanchar, quer compor... alguma chuchadeira para si.

#### GATO ESCONDIDO COM O RABO DE FORA.

Ha homens, que não tem animo de dizer o que querem; e por que? por que tem a certeza de que o que querem é máu, e por isso suas pretensões serão regeitadas *in limine*. E tao desarrazoadas são essas pretensões, assim escondidas, que ordinariamente cada qual julga mui bom o que quer, e que todos os outros assim pensam; mas esses Srs. sabem que o que querem e pensam nem pôde vir á luz.

Esses coitados que ali gritam desacordadamente, por que nao dizem ás claras o que querem ? pois a sua guerra é só ás pastas ? não o podemos acreditar, nem ninguém o acredita. Não é por tao pouca cousa que se grita tanto. Por traz desses gritos anda pensamento, que não ousa revelar-se; e que pensamento será ? . . . Que pensamento será ? O procedimento anterior desses homens nos deixa bem conhecer o que querem. Que pensamento será ? E quem ha que o ignore ? E' gato escondido com o rabo de fóra. E' elles tambem sabem o que querem ; e tambem o sabem que não ousam dizel-o declaradamente.

#### INJURIAS.

O coitado do *Nacional* ve-se afflicto : torce-se e retorce-se para tirar de cima de si as justas imputações, que lhe fazemos ; tem razão : a defeza é de direito natural. Quando não pôde mais recorre ás injurias. Agora chama-nos escriptor da policia. Chame o que quizer ; diga o que lhe parecer : estamos resignado a tudo. Cuidamos que quaesquer argumentos tem sempre a mesma força seja quem quer que fór que os apresente ; por tanto se lhe parecer chame-nos até de Argel : é-nos isso indifferente. Nossa pessoa, mesmo nossa vida não é objecto de discussão : se o fosse, não teriamos duvida mostrar-nos ali : talvez com isso ganhassemos mais do que perdessemos. Mas repetimos : nossa discussão não é pessoal. Se fossemos como o collega, que quer sempre ser acreditado sobre sua palavra honrada, sem nos fazer o favor de nos dar a razão de seus ditos, então talvez quizessemos dizer alguma cousa a respeito ; mas só queremos que nossos escriptos sejam avaliados pelo que em si valerem. Continue pois o contemporâneo ; chame-nos comprado e vendido, immoral, caloteiro, bebado, tudo quanto quizer ; o que concluiremos dahi é que se achia baldo de razões para nos combater.

#### QUEM É ANARCHISTA.

O *Nacional* não é anarchista ; quem tem a audacia de tal dizer ? Mas o *Nacional* insulta as maiorias das camaras, e do paiz, insulta os ministros e todas as autoridades, á excepção de alguns mui poucos privilegiados, que lhe merecem as suas boas graças ; a todos chama corrompidos, venaes, ladroes, sedentos de ouro e sague, tyrannos, e outras que taes gentilezas : mas estas palavras só podem servir para desmoralisar o paiz, e fazer perder o respeito á aquelles, a quem naturalmente é devido ; e o *Nacional* não apresenta um só facto especificado, uma só demonstração : logo o *Nacional* não é anarchista : quem é que ali o diz ! O *Nacional* trabalha por firmar a ordem publica ; e se alguém ali disser o contrario, é algum estúpido, que não vê o alcance das palavras do collega ; é ali algum menino de escola, que só lê o que está escripto. O collega escreve em estylo allegorico.

#### AINDA É CEDO.

Quem se havia de lembrar de querer ser chefe de partido na camara temporaria ? O Sr. Galvao ; o homem, que já foi mais de um anno ministro, e que nada fez, de modo que nem ninguém se lembra do seu ministerio ; o homem que tanta parvoice arengou na discussão da lei das terras. O Sr. Galvao passou por ser alguma cousa em quanto andou la pelas Europas ; mostrou sua nullidade no seu ministerio ; mostrou a extravagancia de suas ideias na discussão da lei das terras. Meu Sr., para ser ministro, não basta gozar de reputação de incorruptivel ! Tenha paciencia ; espere : veremos se para o anno, quando nos mostrar aquelle seu mysterioso projecto, o julgam mais capaz do que se mostrou da outra vez.

#### MONTEVIDÉO.

O *Jornal do Commercio* transcreveu do *Nacional* de Montevideo o termo, que assignou Garibaldi em satisfação, pelo insulto feito ao Sr. Regis. Parece, que algumas pessoas não estão contentes, queriam que o governo exigisse mais. O governo Brasileiro conhece as consequencias da luta, que actualmente se disputa nos campos da Cisplatina, e quer desviar de si quanto puder concorrer para o seu desfecho por um ou por outro lado. Já a este respeito escrevemos alguma cousa nesta folha, e cedo tornaremos á materia.

Os negocios de Fructo iam de mal a peor : e nesta parte supponmos deffeitas as noticias do *Jornal do Commercio*. Não só Voqueim havia feito junção com Oribe, porem um encontro tinha havido importante no centro da campanha, em que o general oribista tinha ficado completamente vencedor.

#### NOTICIAS DE HESPAÑHA.

Chegaram importantissimas noticias desta parte da Europa. Espartero succumbiu em fim : embarcado em a não Malabar (a mesma, que aqui esteve este anno) chegou á Lisboa, e continuou sua viagem para Inglaterra. Não havia ainda renunciado a regencia, e parece mesmo que nutria esperanças de voltar á Hespanha : porem as medidas ultimas tomadas pelos revolucionarios lh'as devem ter hoje feito perder ; resolveram elles que a rainha fosse declarada maior, e entrasse no exercicio de suas prerogativas, logo que tivesse prestado juramento perante as côrtes.

A primeira medida dos revolucionarios, logo que se organisaram em governo, foi declarar abertas as relações entre a rainha e sua mãe : não estava aqui a chave do negocio ? A rainha Christina nunca p' de perdoar a Espartero a sua traição ; sahio da Hespanha, mas está vingada.

Espartero, o duque da Victoria, o heroe de Hespanha, era geralmente apupado. Aprendam os lrangeiras : a pendula, a que se deu impulso, oscilla por algum tempo ; mas a final busca o seu centro de gravidade, e ali pára.